



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM – RS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SIRLEI MARIA MAZZONETTO

**MULHERES EM MARCHA – UMA VISÃO INTROSPECTIVA DA
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM TRÊS
ARROIOS (RS)**

ERECHIM
2016

SIRLEI MARIA MAZZONETTO

MULHERES EM MARCHA – UMA VISÃO INTROSPECTIVA DA
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM TRÊS
ARROIOS (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao departamento de Ciências Sociais da UFFS – *Campus* de Erechim, como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Ciência Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Giora.

ERECHIM
2016

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

MAZZONETTO, SIRLEI MARIA
MULHERES EM MARCHA - UMA VISÃO INTROSPECTIVA DA
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM TRÊS
ARROIOS (RS)/ SIRLEI MARIA MAZZONETTO. -- 2016.
36 f.

Orientador: GUSTAVO GIORA.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS , Erechim, RS , 2016.

1. PARTICIPAÇÃO FEMININA. 2. MULHERES NA POLÍTICA. 3.
PODER LEGISLATIVO. I. GIORA, GUSTAVO, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SIRLEI MARIA MAZZONETTO

**MULHERES EM MARCHA – UMA VISÃO INTROSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM TRÊS ARROIOS (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Giora

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Giora – UFRGS

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva – UFRGS

Prof. Ms. Clóvis Schmitt Souza - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela saúde, pela oportunidade de aperfeiçoar-me física, mental, intelectual e socialmente.

Agradeço às minhas filhas Bruna Gorete Mazzonetto e Luana Fátima Mazzonetto pela força e apoio na realização da prova do ENEM e pela ajuda incansável em meus trabalhos acadêmicos e, ao meu esposo Ademir Mazzonetto que em silêncio acompanhava minha dedicação e meu esforço.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus de Erechim/RS* pela oportunidade de realizar esta graduação.

Agradeço a todos os professores, reitoria e direção, técnicos, administradores e funcionários, aos colegas e todos que por algum momento tivemos o prazer de cruzar nos espaços pertencentes a essa instituição desde 2011.

Também, meus agradecimentos pela oportunidade de ter conhecido o ambiente de uma faculdade dentro do Seminário Nossa Senhora de Fátima, na Escola Érico Veríssimo, na Escola José Bonifácio e por fim, poder concluir a graduação no espaço e infra-estrutura próprios da UFFS.

Agradeço ao orientador Gustavo Giora, Professor, Mestre e Doutor que prestou seus auxílios, as suas orientações tão precisas e a sua disponibilidade contribuíram para que o nosso projeto se concretizasse.

Agradeço ao Professor Dr. Maurício Michel Rebello, que tão bem conduziu a disciplina do TCC I e que sempre demonstrou atenção e disponibilidade aos acadêmicos.

Agradeço às mulheres que aceitaram e permitiram revelar o uso de seus desafios nas candidaturas para o Legislativo de Três Arroios/RS.

Agradeço à secretária municipal de saúde do nosso município, Sra. Eisa Fátima de Carvalho que permitiu me ausentar do trabalho para poder realizar os Estágios.

Por fim, agradeço a todos que acreditaram em meu sonho e que no anonimato deram força e torceram para que esse fosse contemplado concluindo assim, a graduação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul/Erechim – RS.

RESUMO

Este trabalho procurou abordar a participação das mulheres em todas as instâncias da sociedade, dando ênfase sobre sua participação na vida política partidária e sobre os desafios que ali encontra. A análise e a geração de dados acerca das candidaturas femininas norteiam este trabalho que está ancorado e embasado em dados oficiais para dar consistência ao que se pretende expor. Ao longo dele procura-se mostrar uma inquietação particular frente às submissões sofridas por elas na sociedade, na família e nos partidos políticos, portanto, esse é o motivo principal da escolha do assunto. Busca-se refletir sobre as mulheres na interação sócio-política e em todas as instâncias por onde a figura feminina está inserida, desde a sociedade familiar, perpassando pelo trabalho, na qualificação intelectual, nas ajudas voluntárias, enfim, até aos desafios político partidários. Como resultados das pesquisas à campo, obteve-se as hipóteses confirmadas, ou seja, não foi apenas uma resposta unívoca, mas o relato de todas as mulheres em algum ponto do questionário realçam a existência da influência masculina nas decisões em quem votar, portanto, não tem liberdade de escolha; que elas concorrem para preencher o número de quotas, sendo assim, pressionadas pelos partidos políticos, e por fim, a mulher não vota em mulher por haver preconceito, e ainda denunciam a falta de comprometimento e a existência de compra e venda de votos.

Palavras-chave: Participação feminina. Mulheres na Política. Poder Legislativo.

ABSTRACT

The main of this academic work is to approach the women participation in all instances of society, emphasizing its participation in the political party life and about the challenges found there. The analysis and the data generation about female candidatures guide this work that is anchored and based on official data, giving consistency in what is intended to expose. Throughout the study, is sought to show a particular unrest about suffered submissions by woman in society, family and political parties. Therefore, this is the main reason of choice of subject for this academic work. It seeks to reflect about women in the socio-political interaction and in all the instances where the female figure is in, since in the family society, at work, in the intellectual qualification, in the volunteer work, up to the political parties challenges. As results of the search field, the hypothesis are confirmed, that is, all of the women interviewed highlight the existence of male influence in the decision of who vote for, thus, the women don't have freedom of choice; women compete in the elections to fill the female quote, being pressed by political parties; and finally, a woman don't vote for a woman because there is preconception, and even they signalize lack of commitment and the existence of buying and selling of votes.

Key-words: Female Participation. Women in Politics. Legislative Power.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitário de Saúde
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESF	Estratégia de Saúde da Família
F e M	Feminino e Masculino
Km ²	Quilômetro quadrado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 A LEI DAS QUOTAS.....	12
2.1.2 O DIREITO DE VOTAR E DE SER VOTADA.....	13
2.1.3 MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	14
3. GÊNERO E CLASSE, ELEMENTOS DETERMINADOS PELA SOCIEDADE.....	15
4. EM BUSCA DA IDENTIDADE.....	16
5. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO.....	20
6. CONVERSANDO COM AS MULHERES.....	21
7. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	24
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXO	34

1. INTRODUÇÃO

O tema é muito abrangente quando se trata da participação e inserção da mulher nas organizações sociais, não é fácil fazer um único recorte, porém, este trabalho visa contemplar a visão das mulheres sobre sua participação na composição da lista de candidatos (as) ao cargo de vereador (a) nos dois últimos pleitos no município de Três Arroios – RS (Brasil). Busca-se responder a motivação pela qual as mulheres no município mencionado se candidatam ao cargo de vereador.

O Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Dos Direitos E Garantias Fundamentais em seu Capítulo I, diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e...”. Partindo do princípio de igualdade e liberdade que a própria Constituição garante sem distinção, está sendo questionado sobre a real concretude desse princípio neste trabalho, a argumentação feita pelas mulheres que foram entrevistadas ao longo do presente, dão conta que ainda há muita coisa a ser feita para chegar a real e plena igualdade e liberdade entre homens e mulheres.

As leis e regras são universais, onde o ‘masculino’ impera e nas quais a particularidade não existe, essa é construída através de lutas e movimentos sociais na reivindicação de direitos e melhorias coletivas das classes, os movimentos feministas são uma das conquistas para uma melhor inserção e visibilidade das mulheres no contexto social.

A investigação empírica feita junto às mulheres que foram candidatas a uma vaga na Câmara de Vereadores do referido município nos dois últimos pleitos está ora em pauta. As maiores preocupações se portam às coerções nas quais as mulheres estão submetidas, sejam elas vindas do pai, do irmão, do marido/companheiro e por mais incrível que pareça, ela vem também através dos líderes dos partidos aos quais elas estão filiadas e que se diga, são os homens que detém o comando e o controle nessa instância.

Outro levantamento feito através da conversa com as candidatas se reporta sobre o relacionamento que existe entre as mulheres quando o assunto é tocante à política partidária. Acredita-se que há falta de apoio entre elas, e a análise dos dados irá contemplar esta

hipótese. No desdobramento do trabalho realizado junto às referidas candidatas, percebe-se uma grande vontade e capacidade que elas, junto aos homens, gostariam de trilhar na vida e nos rumos políticos partidários do município. Mas, apesar dessa força interna e até coletiva, tudo cai por terra quando ela de fato está inserida numa campanha política.

Com a presença masculina ao seu lado disputando passo-a-passo os votos dos eleitores, elas veem-se diminuídas, pois não são capazes de prometer o que não poderiam concretizar e também revelam a presença da ‘compra de votos’ feita pelos homens candidatos. Sentem-se prejudicadas pelos companheiros das chapas por existir macetes que elas não conseguem aplicar e o que o clientelismo fala mais alto na hora de decidir para quem votar. Ainda há uma busca de entendimentos que são características instauradas nas relações sociais nas quais se requerer a presença da figura feminina, uma delas é sobre a relação de trabalho e divisão desse nos ambientes externos e também no seio familiar.

Por fim, procurou-se registrar e analisar os dados coletados durante a construção deste trabalho através de levantamento bibliográfico e pesquisa à campo, por meio de entrevistas e posterior análise dos dados coletados. O referencial teórico é dividido nos seguintes capítulos: A lei das quotas; Gênero e classe, elementos determinados pela sociedade; Em busca da identidade; Breve histórico do município; Conversando com as mulheres. Posteriormente apresenta-se os resultados da coleta à campo e a discussão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Embasados nas teorias que retratam a presença feminina no contexto social desde a antiguidade até a contemporaneidade, quer-se fazer um breve relato sobre a presença marcante da mulher e da sua contribuição na sociedade e o seu parecer sobre a sua efetiva presença, experiência e vivência dentro do contexto histórico político público. A primeira ideia se busca em acompanhar a alusão feita na obra de Will Kymlicka (2006), onde tenta-se acompanhar seu raciocínio e fazer análise de caráter filosófico, onde o autor fala sobre a questão, ou, as questões que são inerentes à classe feminina. A abordagem neste trabalho também será sobre as mais diversas teorias que abordam as correntes do feminismo. Isso, para que o leitor possa acompanhar e entender um pouco sobre o objetivo deste trabalho que é nada mais do que perceber a presença e a real participação da mulher em todos os segmentos da sociedade e em maior relevância, ou em profundidade, será tecida nos capítulos seguintes sobre a sua participação no contexto político partidário.

2.1 A LEI DAS QUOTAS

A Constituição Brasileira apresenta entre outras leis, a lei que rege os relacionamentos dos seres humanos, ou seja, a Lei da Universalidade, onde todos os indivíduos têm como garantia a iguais direitos e deveres, isto, quando esses indivíduos estão inseridos num mesmo contexto social. Contudo, ao se tratar de questões políticas partidárias, vimos que até bem pouco tempo não se tinha a certeza de que realmente as mulheres estavam com seus direitos totalmente assegurados e a quase total inexistência da igualdade, isso é de maior percepção quando se refere às questões políticas, sem deixar de pensar que em outras instâncias também existia a desigualdade, aliás, não de toda exterminada. Esse quadro teve uma reviravolta no Brasil ao se sancionar a Lei de número 12.034/2009 do TSE- Tribunal Superior Eleitoral, que sucede a Lei de número 9.504/97, do artigo 10, § 3º, onde é assegurada a garantia de 30% do público feminino na composição da lista de candidatos a disputarem uma vaga no Poder Legislativo Público.

As teorias deixam bem claro que existe diferença entre homem e mulher, enquanto seres físicos e biológicos, isso também se atribui às forças físicas daquele sobre essa, pois sumariamente, os homens são mais fortes. Isso, porém não justifica que as mulheres sejam incapazes de realizar todas as tarefas braçais e intelectuais, sejam essas de cunho político, profissional, liberal, empregado(a), patrão(oa) ou operário(a). A igualdade é uma entre as

grandes lutas que as feministas aspiram para que haja efetiva democracia de fato e de direito. Mas, percebe-se no cotidiano que são as construções dos homens que institucionalizam as normas, regras e denominações para cada instituição social. Para ocupar vagas em qualquer repartição, seja ela pública ou privada, muitas vezes são os homens que as preenchem ou ao menos tem um deles atrás da colocação para decidir o quê e onde vai realizar as tarefas. Assim também são escolhidas e distribuídas as mulheres e as vagas para compor a lista de candidatos(as) para os pleitos eleitorais. A maioria da composição de uma sociedade política partidária é composta pelo sexo masculino, por isso o TSE cria a lei de quotas para que a figura feminina faça parte das candidaturas ao Legislativo.

2.1.2 O DIREITO DE VOTAR E DE SER VOTADA

Conforme o TSE, o primeiro voto feminino no Brasil ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte (RN) em 1927, não se tem maiores informações sobre esse evento, mas em 1933 foi a primeira vez que a mulher podia votar e ser votada em âmbito nacional, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 2000 já perfazia mais de 50% mulheres eleitoras. Com a aprovação do código eleitoral de 1932, em concomitância instituiu-se a Justiça Eleitoral e o direito de votar concedido à classe feminina com a idade de 21 anos. Só dois anos depois estabeleceu-se a idade de votar e de ser votado com 18 anos, independente do sexo.

Algumas conquistas em números e inclusões das mulheres no cenário político nacional conforme o TSE e que se achou interessante e pertinente adicioná-las neste trabalho é saber que nas eleições de 2012, houve 134.296 candidaturas femininas aos cargos de prefeita e vereadora, um aumento de 9,56% em relação à eleição municipal de 2008. Foram 31,8% do total de candidatos, superando a quota preconizada pelo TSE para compor a nominata final a concorrer ao cargo de vereador (a), porém apenas 13,19% é a representação feminina efetiva dentro do quadro nacional de vereadoras. Ainda assim se contabiliza um crescimento referente a 2008. É uma “estatística que deixa o Brasil entre os últimos no *ranking* mundial de participação feminina”. Isso, ou esse desabafo, conforme a obra da Dra. Patrícia Maria de Carvalho que fala em seu artigo “A mulher na política brasileira” (2015). A referida autora também destaca que a presidente da república Dilma Rousseff sancionou recentemente a lei que institui o dia 24 de fevereiro como o ‘Dia de Conquista do Voto Feminino no Brasil’. Isso, em alusão a mesma data, porém no ano de 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas com o Decreto 21.086 garantia o direito ao voto e a ser votada, às mulheres brasileiras.

Portanto, em 1932, no Novo Código Eleitoral, entrou em vigor a resolução de incluir a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada, uma das grandes conquistas através dos movimentos do feminismo no Brasil (BRASIL, 1932). Resultados desse porte só foram possíveis com grandes líderes, organizações e institucionalizações dos movimentos.

2.1.3 MOVIMENTOS FEMINISTAS

De acordo com Pinto (2003), sua obra faz um grande apanhado sobre os movimentos e lutas encabeçadas por mulheres de cunho e espírito de militância. Aborda sobre as reivindicações por saúde, igualdade, contra a exploração sexual e de trabalho, discriminação e submissão. Na Ditadura Militar, com os exílios, fez-se emergir grandes líderes, elas tiveram propósitos, construíram sonhos e leis, foram figuras políticas notáveis, conseguiram direitos “nas questões da saúde, da violência e do racismo”, isso, ainda conforme a autora, são algumas entre tantas conquistas contabilizadas ao longo das lutas. São avanços de características vitoriosas adquiridos com os movimentos sociais feministas que emergiram na segunda metade do século XX. Pode-se citar aqui e, aliás, lembrar de uma exímia figura feminina que em 1918 fundou o Partido Comunista Alemã, Rosa Luxemburgo (1871-1919), uma mulher de coragem ímpar para a época, e que deixou um grande legado de militantes.

3. GÊNERO E CLASSE, ELEMENTOS DETERMINADOS PELA SOCIEDADE

Outra abordagem que se achou relevante adicionar a este estudo, é explicitar ou discorrer sobre ‘gênero’, este que, conforme Scott (1990) pode ser descrito como um conceito e também como uma categoria. O conceito começou a ter uma visibilidade pela sociedade a partir dos movimentos de mulheres que emergiram na década de 1980. *Gênero* usa-se na gramática F e M, corresponde ao sexo. E é hierárquico, o masculino representa todos. Sabe-se que a inferiorização do sexo feminino (frágil), é uma questão de gênero, ou seja, é uma construção feita pela sociedade. E as relações de gênero, também descrita por Scott, são determinadas pelo contexto social e sexo, como se vê, não é determinado pela natureza, pela biologia. Para melhor entender essa relação dimensional encontramos este fragmento que melhor esclarece o raciocínio:

Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias, partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõem-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. (LOPES, 1992, p. 57).

Posto isso, deseja-se que há um melhor entendimento ao que se quer reportar no presente capítulo. Então, é nesse sentido que se considera que: ‘sexo feminino’ e ou ‘sexo masculino’ é uma expressão usada para referenciar a organização social da relação entre os sexos e gênero é uma categoria que atua nas relações sociais fazendo as diferenças acontecerem no cotidiano como um todo. Aqui pode-se lembrar que nestas (inter)relações, em concomitância, existem as relações de poder e o poder das situações. No marxismo, o poder é relatado com o conceito de “deter”; em Foucault, “de exercer”. E esse ponto também está muito impregnado na sociedade que trata da política partidária. O poder está detido na supremacia da figura masculina para direcionar os objetivos de uma campanha política, as nuances são bem mais maquiadas nas mãos do gênero masculino para exercer quase todas as funções e posicionando as determinações, isso sem dúvida faz parte do contexto relacional/político/partidário.

Um achado interessante para adicionar neste trabalho é uma linha de pensamento muito oportuna colhida em leitura feita de um texto de Maurício M. Rebello (2009), onde o autor disserta e leva a fazer uma reflexão sobre como o eleitor escolhe seu candidato na hora

de votar. Conforme Rebello, a preferência do eleitor é pela pessoa enquanto “um ser indivíduo e não pela proposta partidária”. Também o recrutamento não é oferecido aos aspirantes à vaga no Legislativo, daí a oferta da baixa qualidade dos representantes se torna um problema. Essa cobrança é feita pelo eleitorado, de repente não de imediato, mas conforme ainda o autor, ela se dará num próximo pleito que esse candidato venha a colocar seu nome para concorrer. E as mulheres sentem muito essa falta de recrutamento, e em relação da escolha pelo indivíduo e não pela sigla partidária também faz sentido, porque o eleitor não está acostumado de acompanhar a vida política em todas as esferas, apenas aquele que realmente está imbricado nas questões políticas partidárias, ou seja, nas funções dentro de um diretório. Conforme apanhado em ‘Dicionário crítico do feminismo’(2009), as mulheres buscam uma identidade, principalmente as militantes, elas privilegiam e participam de movimentos antiautoritários, elas procuram formas autônomas de manifestações e também estão eminentemente contra a hierarquização masculina.

4. EM BUSCA DA IDENTIDADE

Ao longo deste trabalho demonstra-se uma inquietação sobre a questão de gênero e as relações de poder, busca-se, outrossim, fazer uma reflexão sobre a identidade feminina como ser participante na construção do contexto histórico-social-político-partidário no município de Três Arroios. Todas essas questões foram colocadas para as mulheres, para que elas mesmas respondessem sobre a sua participação na corrida a uma vaga no Poder Legislativo. As suas perspectivas, a caminhada, a parceria, as decepções, as descobertas e as conclusões sobre a sua participação na história da política pública partidária estão contempladas no propósito. Ao deixarem os seus afazeres, as suas famílias, o afastamento do trabalho, enfim, deixar a sua zona de conforto (se existe para uma mulher esse quesito) de lado, para experimentar um novo modo de competição na vida, nem que seja apenas por três meses, meses esses que antecedem uma eleição. As suas falas oportunamente estarão inseridas na análise deste. 17

Como o objetivo é discorrer sobre as conquistas que o movimento coletivo do gênero feminino fez em todos os continentes, nos séculos XIX e XX, não se pode misturar pensamentos em relação de movimentos feministas e movimentos populares de mulheres. Para melhor entender essa linha de pensamento, achou-se pertinente expor a ideia direta segundo a autoria de Dominique F-Schwebel (2009), que faz uma explanação e o detalhamento dos significados:

Falar de “movimento feminista” permite designar sob uma mesma denominação as diversas formas de movimentos de mulheres, o feminismo liberal ou “burguês”, o feminismo radical, as mulheres marxistas ou socialistas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras e todas as dimensões categoriais dos movimentos atuais. A expressão “movimentos de mulheres” representa então as mobilizações de mulher com um objetivo único, como os movimentos populares de mulheres na América Latina ou os movimentos pela paz na Irlanda ou no Oriente Médio. É nesse sentido que a abordagem feita acima nos ajuda a entender a constante luta por direitos de igualdade entre homens e mulheres. Nesta busca de igualdades sociais está imbricado o desejo do direito, a reivindicação do direito de voto. Além disso, o desejo de ser reconhecida como parte integrante de todas as atividades sociais, sejam elas realizadas no seio da família, ou no trabalho assalariado ou a respeito das questões que envolvem atividades na comunidade onde se agrupam coletivamente para o lazer e cultura. A igualdade lhes foi muito difícil de ser reconhecida, quase que impossível dentro de um sistema patriarcal. Esse sistema impera ainda no contexto atual, ele pode ser encontrado nas famílias que ainda estão atreladas às primeiras décadas do século XX. Ou famílias, onde a religião é a Vanguarda de todas as decisões e é um grande norteador para as negociações de direitos reivindicados pelas mulheres da casa. (SCHWBEL, 2009).

Sobre esses pontos tão bem elencados pela autora acima mencionada, encontramos na fala das candidatas as mesmas queixas, ou seja, o atrelamento à uma cultura ainda presente na atualidade, que é a forma do ‘homem da casa’ que dá as coordenadas de todas as tarefas e que detém todo o poder na mão. Elas concluem se tratar de puro machismo e patriarcalismo. Outro problema que ocorre ou que se forma dentro da classe é quando há movimentos para reivindicação ou/e demandas, criam-se certos desconfortos entre elas, podemos ver isso também pela ótica da autora Dominique F-Schwebel, que ao longo de sua obra, assim se reporta:

A discussão política é também uma busca de identidade. Efetivamente, a maioria das militantes privilegia as formas mais espontâneas de manifestação, recusando toda a organização hierárquica. Pertence movimento representa a realização de uma nova ideologia, a pesquisa sentido e de valores comuns. A essa nova ideologia denominou “sororidade”. [...]. Mas as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente 18 questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário, pelo temor da criação de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais, entre burguesas e proletárias, entre as mães e aquelas que não o são, entre as mulheres brancas e as mulheres negras, sobretudo nos Estados Unidos. (SCHWEBEL, 2009).

Mesmo estando longe dos Estados Unidos de distância e do tempo em que aconteceram essas primeiras lutas por igualdade de direito e demandas coletivas, parece bem peculiar esses modos de relacionamento entre a classe feminina, que ainda hoje imperam. De repente por esses desentendimentos e muitos outros motivos, que só mesmo as mulheres sabem quais são, elas nem sempre conseguem atingir certas demandas. Segundo a autora

acima mencionada, há três correntes no seio do movimento feministas: feminismo radical, social e liberal, eles se opõe “quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas.” p. 147., sendo assim, ela explica que:

Por “corrente liberal”, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais; com a luta pela total igualdade entre homens e mulheres, pode-se falar de um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir as desigualdades. Ao contrário, os movimentos de liberação das mulheres querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes. Esse movimento será marcado por oposições quanto às estratégias prioritárias entre aquilo que se denomina na França de feministas socialistas ou tendência de luta de classe, que afirmam que a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global, e as feministas radicais, que sublimam que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático. (SCWEBEL, 2009. p. 147).

A esse pensamento, ou seja, ao movimento feminista radical, estão ora as preocupações das mulheres que não estão inseridas em movimentos, sejam eles de caráter associativo ou de cunho sindical onde o objetivo é comum e que em coletividade reivindicam. Elas estão submissas ao patriarcalismo ou machismo, não conseguindo se liberar, por isso não se misturam em ações de coletividade em busca de demandas, ou quando aceitam entrar em uma disputa, não estão preparadas e reagem de forma emocional se afastando do propósito inicial. A política partidária deveria ser repensada no que se refere à busca de uma melhor solução para, se não resolver, ao menos diminuir as injustiças e diferenças existentes entre homens e mulheres.

Partindo do pressuposto que o público aos homens pertence e o privado fica ao encargo das mulheres, quer-se neste parágrafo fazer uma breve alusão sobre estes dois espaços ocupados pelas figuras femininas. Porém essa lógica deve de ser desmistificada e com menos procrastinação. Assim também é pensado o domínio público, ou seja, pela lógica da imparcialidade, generalidade e a universalidade, essa demanda, segundo a ótica de Cardoso (2009/2010), se refere ou quando se reporta apenas ao espaço público. Alguns segmentos da sociedade podem vir a ser excluídos devido a essa generalidade, e um deles é o grupo de mulheres. A autora ainda abomina as dicotomias: “público (masculino) e privado (feminino), ou, entre razão (masculino) e sentimento (feminino)”. p. 44. Tais formas de pensamentos encontramos entre as mulheres que foram as protagonistas deste estudo. Elas priorizam o privado (família) e seus afazeres primam em suas tendências, o público é um segundo compromisso para dar vazão à democracia, as quotas políticas “tem que ser preenchidas”. Para tanto ‘se deixam jogar’ dentro do mundo político partidário onde na maioria das vezes,

nem elas mesmas sabem porque aceitaram esse desafio de cumprir ‘metas’. Conforme ainda Cardoso, o futuro das mulheres na atuação política é mesmo incerto, só o tempo para modificar e alterar a configuração e a estrutura no poder legislativo.

É perceptível que Cardoso também se preocupa com as mulheres que ainda não estariam em “pé de igualdade” para competir com os homens nos pleitos eleitorais. Ela aponta que o “capital econômico e político é um grande condicionador” para a obtenção positiva nos resultados finais de uma campanha política. E a mulher não dispõe desses ‘recursos’ citados pela autora. Essa linha de pensamento confere e condiz com o exposto das entrevistadas ao longo deste projeto. Por isso há tão pouco número de mulheres representantes do povo nas casas legislativas municipais.

5. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O Município de Três Arroios está localizado ao norte do Rio Grande do Sul, na região do Alto-Uruguaí. Dista a 390 km de Porto Alegre e 20 km de Erechim, município do qual se desmembrou para se emancipar aos 30 de novembro de 1987, através da Lei Estadual Nº 8.422/87 e a 20 km do estado de SC. Sua área é de 140 km²; a altitude é de 760 metros acima do nível do mar; as religiões que predominam são a Católica e a Evangélica Luterana no Brasil. Sua população em 2010 era de 2.855 habitantes, e em 2012 era de 2855 habitantes e a estimativa para 2015, a sua população é de 2.873 habitantes (IBGE). Sua economia é baseada na agricultura com 600 propriedades rurais. Em 1917 os primeiros imigrantes começaram a colonizar a localidade de Três Arroios, assim denominada devido aos três riozinhos que banham a sede do atual município. O município é conhecido pela cultura de origem germânica, seus eventos são tradicionais na região. A construção da igreja católica é parcialmente construída de pedra talhada, em seu interior existe uma réplica da Estátua da Nossa Senhora da Pietá, esculpida em raiz de cedro, com 4 metros, a segunda no Brasil e a terceira no mundo. Conta com diversas áreas de lazer, inclusive em propriedades no interior do município e, na sede tem um belo e moderno parque com águas termais. Possui uma escola municipal no seu único distrito, na comunidade de Coxilha Seca e uma creche na sede, mantida pelo município e conta com uma escola estadual que atende todo o ensino fundamental e ensino médio regular. Na área da saúde, possui uma casa de saúde e uma Unidade Básica de Saúde com 100% de atendimento pela ESF (Estratégia da saúde da Família), com sete ACS (Agentes Comunitários de Saúde), um médico, uma enfermeira e mais toda uma equipe de apoio para realizar visitas domiciliares. Conta com o Banco BANRISUL e duas cooperativas de crédito, a CRESOL e SICREDI, além de um posto da Caixa Federal (casa lotérica). O comércio é bem diversificado com uma série de opções para as compras e conta com algumas indústrias, essas, na área de esquadrias metalúrgica e moveleira, outras na produção de embutidos alimentícios, erva-mate, cachaça, padarias, etc.

6. CONVERSANDO COM AS MULHERES

Assim justificamos que este trabalho visa contemplar e contribuir para que as mulheres possam tirar suas conclusões sobre seus procedimentos frente às escolhas que elas mesmas fazem, colocando sempre os homens nas vagas do Poder Legislativo. Espera-se contribuir para abrir novos horizontes e novas perspectivas para que a mulher tresarroiense possa fazer parte desse processo político partidário tão importante, que é, estar ocupando uma cadeira na Câmara de Vereadores, onde se cria leis que possam melhor direcionar toda a conjuntura social/política do município. Abominando também as coerções masculinas, criar coragem com característica de poder, para fazer suas próprias escolhas. Espera-se que este trabalho venha a auxiliar as futuras candidatas ao Poder Legislativo no intuito de refletir sobre a sua participação na lista das nominatas, onde essa sua participação seja realmente de livre iniciativa à concorrência. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e entrevista com as quinze mulheres (100%) que se candidataram nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012. Optou-se pela escolha destes pleitos por serem os dois últimos realizados e também para poder analisar melhor o contexto atual.

Como metodologia deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo aplicada individualmente com cada candidata em dia e local reservado e acordado anteriormente. A coleta dos dados aconteceu entre os dias 10 à 29 de março de 2016. Todas as mulheres foram entrevistadas, se não em seu domicílio, em seu espaço de trabalho com a autorização e até por sugestão das mesmas. A extração de informações na pesquisa contempla a quantidade, e também é de cunho qualitativo, pois quer se saber o número de candidatas que foram eleitas para a Câmara de Vereadores a partir das quotas estipuladas por Lei (Lei nº 9.504/97), o quanto essa Lei interfere na livre escolha em candidatar-se, fazer um comparativo entre o número de candidatas com o número de eleitas em cada um desses dois pleitos, fazer uma abordagem sobre a participação e mensurar o quanto foi relevante em termos de crescimento pessoal, intelectual, político e social essa sua contribuição no pleito eleitoral. Para um melhor entendimento das análises, apresenta-se o formulário aplicado como anexo neste trabalho, tendo em vista uma melhor compreensão de acompanhamento sobre qual o interesse pretendido e qual o real intuito das entrevistas.

As candidatas com as quais se obteve o diálogo deixaram explícito que ainda há um tratamento que não é de igual para igual quando o assunto se refere ao gênero. Elas, enquanto mulheres sentem-se, e foi notório enquanto o desenrolar da conversa, em situação de

inferioridade ao sexo oposto, a sociedade toda ainda está atrelada a um forte patriarcalismo, uma herança do século passado. Embora a teoria feminista liberal tenha tido ascensão e avançado em relação a uma infinidade de benefícios por consequência dos movimentos que fez e ainda estão a fazer numa constante luta em prol de igualdade e mais liberdade para decidir seus próprios desejos, ainda se percebe que esta sociedade é ‘masculina’. Isso porque a mesma foi pensada e construída por e para os homens, então os seus interesses e valores obviamente estão acima dos interesses feministas, esses por sua vez e quase que ‘sacramentados’ englobam desde a reprodução da espécie humana até a educação final de um filho, quando este por via de regra, estiver pronto para inseri-lo na sociedade. Todo esse trajeto é conduzido e é de responsabilidade única e exclusiva da mulher. O seu posto é esse, cuidar da prole para que o homem da casa possa sair e cuidar das provisões que a ela dão a sustentabilidade e a segurança econômica. Na sociedade machista ainda não há lugar para se pensar em distribuição dos trabalhos domésticos para que também a mulher pudesse com a sua sabedoria, com a sua força de mão-de-obra e inteligência contribuir nas finanças econômicas e na ajuda de reunir provisões para manter a casa e a sociedade familiar.

Nesse sentido é percebido que as questões políticas partidárias são a última instância pensada para as mulheres, afinal elas são frágeis, porém a questão de quotas veio para que a sociedade feminina seja menos excludente. A adesão de mulheres no páreo eleitoral dá uma outra formatação nas casas legislativas municipais do país. Antes da homologação da Lei de quotas (1992), o cenário nas câmaras de vereadores era única e exclusiva ocupação feita por homens, salvo algumas raras exceções por esse Brasil a fora. Sentiu-se que a mulher daquela época -20, 25 anos atrás – tinha muita coragem, sem mesmo tê-la de verdade, sem contar a falta de apoio em geral. Indiscutivelmente, quase todas ainda dependem do seu marido ou do companheiro para poder sair de seu espaço privado para acompanhar as reuniões e demandas políticas de seu partido. Isso ainda gera uma discussão entre as feministas mais liberais. O que fazer para que as companheiras sejam menos dependentes? Fica a dúvida entre sair e deixar a casa com a família a sua espera, então elas optam e preferem que o marido saia e se dedique às questões políticas e públicas. Nesse processo lento de adentrar no ramo político partidário ela se retrai e não faz alusão ao que os movimentos sociais feministas pregam em relação e em prol da universalidade de direitos e de liberdades.

Não faz sentido então ir às ruas com bandeiras de lutas, fazer ‘panelaços’, gritar por igualdade e liberdade, assim como sugere Pinto (2003) sobre as militâncias e movimentos feministas, se na hora de assumir uma posição pública, a privada ainda está impregnada

dentro de si. A esfera pública exige exposição e as soluções a serem tomadas neste contexto são mais conflitantes, requerem soluções para um maior número de pessoas, enquanto que na esfera privada é menos penoso resolver questões onde o interesse é para um público de menor número. Nesse sentido o emocional não serve para ser aplicado, esse emocional que rege a mulher, o homem dá maior resolutividade nas questões públicas, pois ele impera em total imparcialidade, ou, ao menos deveria ser imparcial, o que é necessário para o comando da vida pública.

A desvantagem é eminente. Pois ela sempre terá que dividir seu tempo entre os trabalhos domésticos e se estudar, a vida fica mais complicada ainda. Pergunta-se pois, onde está o serviço de cidadania, porque tanta desigualdade social? Será que não está aí impetrada a baixa adesão feminina em busca dos assuntos políticos partidários? Tudo isso não pode ser apenas senso comum. As mulheres sentem na pele, sentem no pagamento do final do mês, sentem que continuam marginalizadas pela sociedade masculina. Enquanto não há uma revisão de atitudes para uma melhor e efetiva relação inclusive dentro da classe feminina, não haverá sistema de quotas que lhe garanta um lugar dentro de um poder legislativo. Parece inviável uma luta contínua de reivindicações e novas metodologias para conquistar e manter um eleitor.

7. RESULTADO E DISCUSSÃO

Tomando como base as eleições municipais realizadas no município de Três Arroios (RS) nos anos de 2008 e 2012, verificamos a existência de 16 (dezesesseis) candidatas mulheres inscritas na disputa, sendo 6 (seis) no ano de 2008 e 10 (dez) no ano de 2012. Note-se que existe apenas uma candidatura que se repete nos dois anos. Logo, o total de mulheres que concorreram, nas duas eleições, soma 15 (quinze). No decorrer da pesquisa, pôde-se entrevistar todas as candidatas (100% dos casos).

Observa-se que a média de idade das candidatas à vereança no ano de 2008 foi de 44 anos, ao passo que essa média foi reduzida para 39 anos nas eleições de 2012. Isso pode indicar uma tendência ao recrutamento de mulheres mais jovens, o que vem bem caracterizado pelo recrutamento de jovens com 19 anos (na época), o que acaba por ter um feito evidente na média.

Em relação ao estado civil das candidatas na época de sua candidatura, nota-se que 60% estavam casadas (nove candidatas), 13,33% separadas (duas candidatas), 13,33% viúvas (duas candidatas), 6,67% solteira (uma candidata) e 6,67% declarou outro estado (uma candidata), isso, em ambos os pleitos.

Os Partidos que tiveram representação feminina nos dois anos foram: PMDB (uma candidata), PTB (três candidatas), PDT (três candidatas), PSDB (uma candidata), PT (cinco candidatas), PPS (uma candidata) e PP (uma candidata). No momento da entrevista foi questionado se a candidata se identificava com o partido ao qual estava filiada na época. Observou-se que 66,66% (dez candidatas) se identificou com o partido e 33,33% (cinco candidatas) não possuem afinidade com ele. Ressalta-se que nos partidos do PT e do PDT, todas (100%) as mulheres responderam ter-se identificado com os princípios da legenda.

Quanto a escolaridade, nota-se que sete possuem Ensino Superior Completo e duas Incompleto; em relação ao Ensino Médio, aparecem três candidatas com o Ensino Médio Completo; já em relação ao Ensino Fundamental, foram duas com o ensino completo e apenas uma com o ensino incompleto.

Questionou-se a naturalidade das candidatas, percebendo que a maioria não é natural do município de Três Arroios (9 candidatas), observa-se porém, que elas são oriundas de municípios próximos, como Viadutos, Mariano Moro, Severiano de Almeida (2), Erechim (2),

Aratiba e Maximiliano de Almeida, todos do Estado do RS e, ainda uma candidata natural de Concórdia SC.

Outro questionamento que se abordou, foi em relação ao número de vezes que as candidatas concorreram ao legislativo. Nas eleições do ano de 2008, as que foram pela primeira vez, obteve-se três mulheres e também foram três as que já haviam participado em outro(s) pleito(s). Em relação às eleições do ano de 2012, das dez candidatas concorrentes, apenas duas delas já haviam participado em outro(s) pleito(s), enquanto que as oito restantes foram todas pela primeira vez a se candidatar a esse cargo político. O TRE/RS apontou que, nas eleições de 2008 compareceram 2.360 (96,37%) dos eleitores nas urnas, desse número, 2.194 fizeram a escolha para a vereança, sendo apenas 211 votos dedicados à ala feminina. Enquanto que em 2012, o mesmo órgão fornece o seguinte quadro: 2.322 votaram para vereador, desse total os votos contabilizados para as mulheres foram de 597 sufrágios, obtendo um levante no percentual em relação ao pleito anterior. Note-se que, não apenas houve uma melhora em relação a soma de votos para as mulheres, como também foi uma mulher a que obteve maior número de votos entre todos(as) os(as) candidatos(as) da referida eleição.

Fez-se um questionamento sobre a vontade ou a livre escolha de concorrer ao cargo eletivo em questão. Cinco candidatas confirmaram ser de sua própria vontade e nove revelaram ter participado do processo em razão de ser convidada ou pressionada pelo partido, pelo esposo/companheiro e, uma foi motivada pelos amigos. Através da questão sobre as propostas recebidas para colocar o nome a disposição, revelou-se que quatro mulheres se candidataram porque acharam que a presença feminina na conjuntura fazia-se necessária, foram também candidatas que afirmaram ter concorrido por vontade própria, ou seja, não houve pressão. Por fim, são sete afirmações que acharam ter concorrido para o preenchimento de quota a fim de poder lançar mais nomes masculinos. Confirmando assim a hipótese inicial deste projeto, onde se pretendia investigar qual o real motivo da mulher lançar o seu nome para concorrer ao cargo de vereadora. A questão das quotas, pois está influenciando a participação das mulheres na conjuntura política do município de Três Arroios/RS.

Reforçou-se a questão sobre quem havia lhe sugerido concorrer no pleito, obteve-se nove candidatas que referiram que houve pressão e muita insistência para a efetiva participação na nominata e seis candidatas continuam frisando que foram por vontade própria. Ao serem questionadas por quem estariam sendo pressionadas, elas revelaram que, ou foi o candidato à moajoritária (2 mulheres), ou o presidente do partido (2 mulheres), ou amigos e

ex-companheiro (1 mulher) para cada opção e finalmente , a maioria foi por insistência do partido.

Se a questão anterior fala sobre pressão e/ou insistência, investigou-se também sobre quem ou de quem as candidatas receberam maior apoio, força e coragem. Percebe-se que em dois casos esse apoio veio do esposo/companheiro, em quatro casos os amigos fizeram a diferença e na maioria dos casos foi a família a grande apoiadora e companheira no período eleitoral. Não causa nenhum espanto que dentro das quinze candidatas, nenhuma relata ter apoio do partido, esse que tanto insistiu para que ela concorresse à uma vaga para o legislativo municipal. Na hora de ir em busca de votos junto a base eleitoral, nenhum partido foi mencionado, ou seja, elas tem que se ‘virar’, é o que tem-se revelado nas entrevistas.

Sobre as condições que se referem ao recrutamento, ajuda de custo e ainda continuando sobre apoio recebido, obteve-se no geral um consenso nas respostas, o partido ofereceu o material da panfletagem para propagar a imagem, a ideia e a sigla partidária, também relataram ter recebido uma certa quantia de combustível. Fora disso, cada uma foi a luta para conquistar os (as) eleitores (as).

Outro ponto que se investigou foi sobre a satisfação quanto aos resultados obtidos nas urnas. Uma entrevistada não quis responder, oito responderam não e seis disseram que sim. Nesse item pôde-se observar que o sim se refere aos votos ‘honestos’, de campanha limpa e das pessoas que acreditaram em suas propostas. Quanto a não satisfação, apontaram que muitas pessoas ‘se venderam’, inclusive seus colegas de partido haviam ‘comprado’ seus eleitores.

Da mesma forma, seguiu-se perguntando quanto a participação delas em concorrer num próximo pleito. Apenas duas candidatas fizeram a afirmativa e todas as demais disseram que não. Mesmo assim uma dessas duas que afirmou entrar em uma nova concorrência, disse que “a princípio não iria participar”. Para melhor entender, transcreve-se na íntegra o motivo que cada uma declarou: “Não. Jamais! Considero a política desacreditada.” (Resp.: do quest. 01); “ Não. Por causa da corrupção, compra de votos e porque não existe lealdade ou mesmo verdade vindo das pessoas.” (Resp.; do quest. 02); “Não. Por que no momento não tenho tempo para me dedicar a uma campanha política.” (Resp.: do quest. 03); “Não. Porque há concorrência desleal dentro do próprio partido. A majoritária só pensa em si e a gente tem que se virar. O eleitor se vende.” (Resp.: do quest. 04); “Não. Acho que a eleição não é justa para as mulheres; também não cumprem os acordos preestabelecidos dentro do partido, combinam alguma coisa antes das eleições e depois das eleições não cumprem para ajudar as

candidatas.” (Resp.: do quest. 05); “Não. Acho que a política é muito violenta, existe muita disputa, não há companheirismo, não há solidariedade nas campanhas. E eu não aceito esse tipo de disputa desleal. Um falando mal do outro (adversários).” (Resp.: do quest. 06); “Não. Porque os homens compram os votos e nós não temos condições de comprar votos. Então é uma corrida desleal.” (Resp.: do quest.07); “Não. É uma concorrência desleal, os homens colocam as mulheres para disputar e na hora de competir eles puxam o tapete dos próprios companheiros.” (Resp.: do quest. 08); “Não. A idade já não me permite e tenho problemas de saúde com o marido.” (Resp.: do quest. 09); “Sim. A princípio não irei. Acho que a minha parte eu fiz, já vi o que é estar dentro da política. Era o que queria fazer: ver como era!” (Resp.: do quest. 10); “Não. Porque houve controvérsia na campanha política, vinda do próprio partido. Há muito clientelismo, só entra quem compra voto.” (Resp.: do quest. 11); “Sim. Para dar continuidade ao trabalho e representar a população a altura que ela merece. Com responsabilidade e comprometimento.” (Resp.: do quest. 12); “Não. Pois sei que muitas pessoas se venderam, inclusive meus próprios colegas compraram meus eleitores.” (Resp.: do quest. 13); “Não. Na conjuntura atual não tem como se disponibilizar para fazer uma campanha sem “comprar” votos porque se você não compra não se elege, o povo desta cidade até gostaria de ver gente diferente e trabalhando sério e com capacidade, mas na hora “H” vendem votos.” (Resp.: do quest. 14); “Não. Ideais não condizem com a política.” (Resp.: do quest. 15). As respostas similares denunciam o clientelismo e a falta da parceria e do companheirismo. Quando se falava com as candidatas, elas desabafavam sobre a falta de instruções, a ausência de recrutamento e da falta de apoio e do companheirismo de legenda na época eleitoral. Diziam-se prejudicadas e por isso a decisão de não querer mais participar de um processo eleitoral em uma próxima campanha.

Uma outra abordagem feita foi para ver se a candidata acompanhava as discussões planejamentos de seu partido. Obtivemos duas candidatas que não participavam e a gr: 28 maioria sim, estava presente nas reuniões de planejamento da campanha eleitoral. Também se questionou se as entrevistadas costumam se informar sobre assuntos políticos. Ao qual foram quatro respostas negativas e as demais procuram estar informadas.

Procurou-se saber se as candidatas costumam participar de reuniões do seu partido, fora do período eleitoral. Existe um empate técnico nesse quesito, pois sete delas disseram que sim, enquanto oito mulheres não tem esse costume.

Quanto a confiabilidade que elas depositam nos Partidos Políticos, teve-se apenas duas candidatas a dizer que confiam nessas entidades, enquanto que a outra parte, ou seja treze candidatas estão desacreditadas com os Partidos Políticos e na política como um todo.

A questão seguinte faz uma abordagem referente as quotas estipuladas na forma de Lei para compor a nominata a concorrer à uma vaga no legislativo municipal. Perguntou-se sobre a concordância aos 30% que cabem ao sexo feminino. Foram três respostas afirmativas e as demais não concordam. Pediu-se, outrossim, para elas fazer um parâmetro ou mesmo sugerir alternativas para uma melhor composição e a efetiva participação longe de coerções partidárias. A seguinte coleta de dados é o que resume em geral o pensamento das referidas candidatas: o primeiro ponto, aparece a falta de liberdade de escolher o candidato a ser eleito, atribuem ao machismo essa escolha, dizem que ‘mulher não vota em outra mulher’, porque é o homem da casa que manda em quem votar. O próximo destaque é a falta de credibilidade e confiabilidade entre elas, ainda na mesma medida, apontam a existência de ciúme, inveja e preconceito, esse último, também é visto como ser causador da mulher ser vítima do próprio preconceito. Ao lado dessas atribuições aparecem ainda que, a mulher não consegue prometer o que não poderia cumprir. Ela não usa sua liderança ou não se sente como tal a ponto de se desprender de seu mundo privado, deixando as questões públicas, portanto a política para o homem, esse sim, pode sair de casa a hora que tiver reunião do partido. Uma última sugestão que é repetida faz alusão ao percentual de quotas estipulado por via de Lei, apontam ser viável a igualdade, ou seja 50% para cada sexo. E, um último apontamento que a pessoa não quer perder voto, então não votaria a quem supostamente não teria chance de se eleger.

29

Optou-se em oferecer um espaço livre para se pronunciar sobre algo que não estaria contemplado no proposto. É reiterado que a mulher não vota em mulher, por que há falta de confiança e credibilidade entre a classe feminina; Elas não concordam com o sistema de quotas, apontam que isso leva a pensar que a mulher continua sendo ‘minorias’, deveria ser livre a participação da ala feminina num processo eleitoral. O modo coercitivo não faz sentido, abominam ser submissas aos mandos de maridos/companheiros e partidos. Foi apontado que na época da eleição existe desrespeito, assédio e muito preconceito. A falta de credibilidade e de confiança entre as mulheres é um dos pontos fortes apontados por elas. Sugerem ainda 50% para cada sexo e até mesmo a extinção do sistema de quotas, mesmo sabendo que com 30% as mulheres teriam opções o suficiente para votar no sexo feminino.

Para terminar, ressaltam que elas se sentem capazes, porém deveriam se valorizar a si mesmas pelo que representam e não pelo que a porcentagem preconiza. Ainda, sugere-se o

ensino de Ciências Sociais no estudo programático das escolas, para educar e preparar desde cedo o indivíduo, aquele que no futuro vai ser o (a) legislador (ora) municipal. Acredita-se numa real e efetiva reconstrução social baseado nos princípios de igualdade com o advento da nova geração de seres humanos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe, a pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema e levantamento de dados sobre as eleições municipais de 2008 e 2012 no município de Três Arroios. E a pesquisa de campo foi a balizadora dos dados que deu o aporte para a realização final, e juntas, nortearam o resultado para a conclusão do trabalho. Percebe-se na fala das candidatas entrevistadas que se ressentem por não ter um cunho forte de liderar toda a classe eleitoral feminina, assim como a autora Will Kymlica (2006) sugere que essa classe como as demais que representam a minoria da população, deveria fazer a vanguarda dos objetivos. Elas mesmas diziam que as mulheres são capazes de fazer valer seus direitos, porém também são sabedoras que deveriam lutar por mais participação e com mais participantes da classe feminina na engrenagem sócio política.

Três Arroios parece ser um município que ainda não emergiu “mulheres grandes líderes”, não se pode afirmar que não as tenha, mas apenas dizer que carece delas. Estamos hoje na metade da segunda década do século XXI, e ainda são percebidas discriminações para com o sexo feminino. E é nesse ponto que este trabalho está atento e de certa forma muito alerta, pois ao baixo número de sufrágios contabilizados às candidatas nos dois últimos pleitos para o Poder Legislativo no município, pode estar atrelado a falta de apoio existente entre as mulheres, além da submissão e a coerção proveniente dos homens que as rodeiam. O que não é bom e conseqüentemente trás resultados prejudiciais, pois não conseguem inserir uma representante para pleitear os propósitos e objetivos dessa classe, já que elas mesmas dizem serem “capazes”. As autoras Carvalho e Cardoso, (2015, 2009/2010), respectivamente, apontam sobre o baixo número da participação da mulher no contexto político partidário e ainda indicam que não há igualdade quando há essa participação feminina. Parece que o resultado se concretizou à luz dessa teoria.

Os dados apontam finalmente para contemplar positivamente as indagações feitas no início deste projeto. Obteve-se ao final do questionário aplicado às candidatas, a revelação de que realmente é muito forte a influência masculina quando se trata sobre o assunto de política partidária; que o preenchimento do número de quotas é o que interessa, pois esse contempla o real propósito, que é de lançar o maior número possível de homens para concorrer ao cargo de vereador; que há uma grande pressão advinda dos partidos políticos para que a mulher se

candidate; que a liberdade de escolha fica aquém das expectativas, e por último, coletou-se uma série de apontamentos que impedem de eleger mulheres para ocuparem uma vaga no Poder Legislativo municipal, ou seja, que a mulher não vota em mulher por divergências ímpares, ou por preconceito, por falta de comprometimento, e tristemente revelaram haver compra e venda de votos. Percebe-se outro sim, que a aprovação da Lei de quotas estipulada para as mulheres não resolveu o problema de inserção delas na casa legislativa. Portanto, acha-se necessário continuar com os movimentos feministas e fortalecer as militâncias, conforme a teoria de Pinto (2003), pois ainda há muitas reivindicações coletivas a serem conquistadas por elas.

Sugere-se que aja uma mudança da cultura política para uma inclusão efetiva das mulheres, pois não basta apenas a supressão em 50% para cada gênero. Cabe a elas mesmas descobrirem uma alternativa pra contemplar esse ideal. Com certeza ainda há muito caminho a ser trilhado. Este trabalho abre precedente para novas pesquisas, que possam abordar também a opinião de mulheres eleitoras em relação ao apoio às mulheres que se candidatam ao Poder Legislativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José E., PINTO, Céli, e JORDÃO, Fátima (orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2012

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Edit. da UNESP, 2001.

BRASIL, **Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm> Acesso em: 29 nov 2015.

BRASIL, **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 29 nov 2015.

BRASIL, **Decreto nº 21.076 de 24 de Fevereiro de 1932**. Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 fev 1932. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>> Acesso em: 27 nov 2015.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA**. 44ª edição. Edidora Saraiva, coleção Saraiva de Legislação. São Paulo, 2010.

CARDOSO, Helena Schiesse. IN.: **Revista Jurídica da Presidência / Brasília**. Vol. 11, nº 95 / out 2009 / jan 2010 ISSN 1808 – 2807.

CARVALHO, Patrícia Maria de. **A mulher na política brasileira**. Out. 2015. Disponível em: <<http://patriciacouri.jusbrasil.com.br/artigos>> Acesso em: 16 mar 2016.

Dicionário crítico do feminismo/Helena Hirata...[ET AL.] (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001, pp. 245-282.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. IN.: **Verbetes: Movimentos Feministas; Movimentos Sociais** em: HIRATA, Helena (et. al.) **Dicionário Crítico Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo 2010 População Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf> 2010. Acesso em: 29 nov 2015.

PINTO, Céli Regina J. Participação (Representação?) política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleith, Mônica M. (orgs.). **Mulher Brasileira é Assim**. RJ: Rosa dos Tempos: UNICEF, 1994, pp. 195 – 230.

PINTO, Céli Regina J. A luta das mulheres contra todas as formas de dominação, exclusão e discriminação. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. SP.: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.

REBELLO, Maurício Michel. **A capacidade de premiar e punir**. Dissertação apresentada na UFRGS, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, RS: Ed. Vozes, Volume 16, 1990.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Eleições 2008 1º Turno**. 2008. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2008/1turno/RS84743.html>> Acesso em: 28 set 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Eleições 2012 1º Turno**. 2012. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2012/1turno/RS84743.html>> Acesso em: 28 set 2015.

WILL, Kymlicka. *O Feminismo*, In: **Filosofia política contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Cap. 7. PP 303-373.

<www.jusbrasil.com.br/voto_feminino>. Acesso em: 16 de mar de 2016

ANEXO
TCC II (Pesquisa)

Pesquisa de Avaliação dos Resultados da Eleição para o cargo de vereador(a) dos pleitos de 2008 e 2012 com o gênero feminino no município de Três Arroios-RS/Brasil.

Questionário nº. ____ Data ____/____/____

1 – Idade ____

2 – Qual o seu estado Civil?

solteira casada viúva separada outro

3 – Partido ____

3.1 – A Sra se identifica com o Partido? Sim Não.

4 – Qual é a sua escolaridade:

Fundamental Incompleto;

Fundamental Completo;

Ensino Médio Incompleto;

Ensino Médio Completo;

Superior Incompleto;

Superior Completo.

5 – A Senhora sempre morou em Três Arroios?

Sim Não

5.1 – Se a questão anterior for não, em qual município residia?

6 – É a primeira vez que a Sra. concorre ao cargo de Vereadora?

Sim Não

6.1 – Se a questão anterior for não, quantas vezes concorreu?

7 – A Sra se candidatou por livre e espontânea vontade?

Sim Não

7.1 – Se a questão anterior for não, quem a convidou/indicou para concorrer ao cargo de vereadora?

Esposo/companheiro Família Partido
 Amigos

8 – Quais foram as propostas?

Necessidade da presença feminina na conjuntura;
 Preenchimento da quota para poder lançar o número total do gênero masculino;
 Vontade própria.

9 – Alguém insistiu para que a Sra. Concorresse ao cargo?

Sim Não

9.1 – Se a questão anterior for sim, quem? _____

10 – Quais condições o partido lhe ofereceu nas questões de recrutamento, ajuda de custo e apoio? (Resposta livre).

11 – A Sra. está satisfeita com o resultado que obteve nas urnas?

Sim Não

12 – A Sra irá concorrer novamente num próximo pleito?

Sim Não

12.1 – Por quê? _____

13 – A Sra. acompanhava as discussões e os planejamentos do partido?

Sim Não

14- A Sra. costuma se informar sobre assuntos políticos?

Sim Não

15 – A Sra. costuma participar nas reuniões do partido?

Sim Não

16 – A Sra. Confia nos Partidos Políticos?

Sim Não

17 – A Sra. concorda com a lei de quotas estipulada em 30% para mulheres nas candidaturas para o legislativo?

Sim Não

17.1 – Se a questão anterior for não, qual a sua sugestão para melhor compor a lista das nominatas? (Resposta livre).

18 – Em sua candidatura, de quem a Sra. recebeu mais força e apoio?

Amigos Família Partido

Esposo/companheiro

19 – Na hora de decidir o voto, a Sra. acha que o eleitor escolhe a pessoa do candidato ou o partido a que pertence?

Pessoa Partido

20 – O que a Sra sugere para que as mulheres tenham uma melhor e efetiva participação na escolha dos votos. (Levar em conta o número de votos que o gênero feminino recebeu nos últimos 2 pleitos) (Resposta livre).

21 – Para finalizar, diga algo que queira expor e, que não foi explorado neste questionário:

Muito Obrigada!